

# Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991\*

José Alberto Magno de Carvalho\*\*  
Claudio Caetano Machado\*\*\*

*Os fenômenos migratórios dos anos 80 poderão ser amplamente analisados a partir das informações levantadas pelo Censo de 1991: em qualquer país do Terceiro Mundo não há tamanha diversidade de quesitos quanto os possibilitados por este Censo.*

Tem havido nos censos demográficos brasileiros, a partir de 1970, um esforço continuado no sentido de ampliar e aperfeiçoar as informações referentes às migrações. O Censo de 1991 seguiu essa tendência, com a introdução de quesitos que possibilitarão um salto qualitativo nas análises sobre migração no País. No entanto, à maior disponibilidade de informações não correspondeu, principalmente no que se refere ao Censo de 1980, um avanço e aprofundamento das pesquisas referentes ao tema. Pelo contrário, houve sensível declínio, na década de 1980, do número, cobertura e qualidade dos estudos (Martine & Neupert, 1988).

Não há dúvida sobre a relevância do tema, principalmente em um país de dimensões continentais, extremamente

heterogêneo e com enormes fluxos migratórios como o Brasil. Daí o razoável número de quesitos sobre migrações no censo brasileiro e sua complexidade. No entanto, dado seu grande custo, não será socialmente justificável manter no próximo censo um espaço tão privilegiado para as migrações, a não ser que os pesquisadores invistam maciçamente em sua análise, de tal modo que, direta e indiretamente, se produzam subsídios relevantes para a política social e econômica. Por outro lado, para que haja este investimento, o IBGE deve oferecer o mais rápido possível, em meio magnético, os resultados do questionário da amostra.

Neste trabalho será dada ênfase às inovações introduzidas no Censo de 1991, à sua potencialidade em termos

\* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, promovido pela ABEP, out 92.

\*\* Professor Titular do Departamento de Demografia, FACE/UFMG, e pesquisador do CEDEPLAR/UFMG.

\*\*\* Doutorando em Demografia, CEDEPLAR/UFMG, e técnico da CEMIG.

de análise, assim como à comparabilidade entre os dados dos dois últimos censos.

### **Censos de 1980 e 1991**

O Censo de 1980, além de basicamente ter mantido os mesmos quesitos do de 1970, introduziu duas grandes novidades: inquiriu, pela primeira vez, se o entrevistado havia feito migração intramunicipal (entre setores rural e urbano) e sobre o nome do município de residência anterior – caso a pessoa morasse há menos de 10 anos no município em 1<sup>a</sup> de setembro de 1980 (Carvalho, 1985).

A primeira informação era fundamental para os estudos sobre os fluxos migratórios entre os setores rural e urbano, uma vez que boa parte da migração rural e urbana se dá dentro do próprio município. No entanto, não se perguntou sobre quando se dera a mudança, tendo-se apenas o total de migrantes intramunicipais (migração acumulada), sem indicação sobre sua distribuição temporal. Tal situação levou a que se propusessem expedientes para a obtenção de estimativas da migração rural e urbana intramunicipal na década de 1970 (Carvalho, 1985).

A segunda informação, o nome do município de residência anterior, permitiria um verdadeiro mapeamento da trajetória migratória (última etapa das migrações intermunicipais), pois até então os dados se limitavam à Unidade da Federação onde se localizava o município de residência anterior, o que era insuficiente, em vista do tamanho e da heterogeneidade dos estados brasileiros. Esse dado, que pode ser considerado o grande avanço do Censo de 1980 sobre o tema (causou, inclusive, um acréscimo razoável dos custos censitários, principalmente os de codificação), foi muito pouco usado pelos pesquisadores, em parte devido à complexidade

na utilização das fitas magnéticas, uma vez que não foi publicado nos volumes censitários (Machado & Hakkert, 1988) (1).

Além de manter quase todas as informações – sobre migrações – disponíveis no Censo de 1980, introduziram-se novos quesitos no Censo de 1991 (2). Para facilitar o acompanhamento das observações contidas neste artigo, no Quadro 1 apresentam-se os quesitos disponíveis no Censo de 1991, com a respectiva numeração e sua correspondência no Censo de 1980. Os quesitos assinalados com asteriscos foram introduzidos, pela primeira vez, em 1991.

A seguir, à luz das modificações introduzidas, passa-se à análise de algumas possibilidades de estudo que os novos quesitos permitem.

### **A grande inovação do Censo de 1991: local de residência há 5 anos**

Nos censos brasileiros sempre se privilegiou a informação sobre migração interna referente à última etapa migratória no período intercensitário, qualquer que tenha sido a data de sua ocorrência. Ao contrário de diversos outros países, até o último censo não se inquiria sobre o local de residência e a situação de domicílio em uma data fixa dentro da década. O Censo de 1991, nos quesitos 21 e 22, perguntou o nome do município e da Unidade da Federação onde residia o indivíduo há exatamente cinco anos atrás (1<sup>a</sup> de setembro de 1986) e a situação do domicílio. Introduziu-se este quesito importantíssimo, sem se abrir mão das informações sobre a última etapa migratória (3). Não se tem notícia de nenhum outro país onde se contará, ao mesmo tempo, com informações tão detalhadas no que se refere a uma data fixa no período intercensitário e à última etapa migratória.

Existe um grande debate, em nível internacional, sobre qual das duas ques-

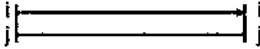
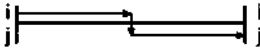
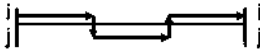
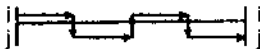
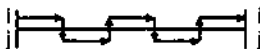
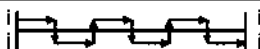
**Quadro 1**  
**Quesitos sobre migrações no Censo de 1991**  
**(Questionário da amostra)**

Número	Quesito	Número Equivalente no Censo de 1980
12	Neste município morou 1) só na zona urbana; 2) só na zona rural; 3) nas zonas rural e urbana.	14
13	Se no quesito 12, assinalou (3) [nas zonas rural e urbana], há quantos anos se deu a última migração?	(*)
14	Nasceu neste município? 1) nasceu e sempre morou; 2) nasceu, mas já morou em outro; 3) não nasceu.	13 + resposta 8 {nasceu} do quesito 17.
15	Se naturalizado brasileiro ou estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no país. 1) brasileiro nato; 2) naturalizado - tempo; 3) estrangeiro - tempo.	11 Quanto à nacionalidade. (*) Não se perguntou sobre o tempo de residência no país.
16	Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento.	12
17	Há quantos anos mora nesta UF sem interrupção?	16
18	Há quantos anos mora neste município sem interrupção?	17
<b>Para Residentes Há Menos de 10 Anos no Município Atual</b>		
19	Indique a sigla da UF e o nome do município ou do país estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este município.	18
20	Na localidade indicada no quesito 19 residia 1) na zona urbana; 2) na zona rural.	15
<b>Só Pessoas de 5 Anos ou Mais</b>		
21	Indique a sigla da UF e o nome do município ou país estrangeiro em que residia em 01/09/86.	(*)
22	Na localidade indicada no quesito 21, antes de mudar residia 1) na zona urbana; 2) na zona rural.	(*)

tões é a mais apropriada como instrumento de medida para a migração (Doeve, 1986; Rees, 1985). Os defensores da questão do tipo "onde você vivia há  $T$  anos atrás?" argumentam que, da introdução de uma data fixa, pode-se derivar diretamente taxas líquidas ou brutas que representam exatamente a transição entre a data do censo e  $T$  anos

antes do censo, úteis principalmente em modelos de projeção de população. Por outro lado, os que defendem a questão sobre o último movimento alegam que é muito mais fácil para o entrevistado lembrar-se do último evento migratório, de forma que as respostas a este tipo de questão seriam mais confiáveis. Sendo necessárias taxas que meçam a

Esquema 1

História Migratória	Número de Movimentos Migratórios por Indivíduo	Número de Pessoas	Registro	Data Fixa (T = 5 Anos Atrás)	Última Etapa
	0	700	0	0	0
	1	200	200	200	200
	2	50	100	0	50
	3	30	90	30	30
	4	15	60	0	15
	5	5	25	5	5
		1000	475	235	300

transição ocorrida entre a data do censo e  $T$  anos atrás, alguns autores sugerem metodologias que permitam estimar essas taxas a partir da questão sobre o último evento.

Além dos dois tipos de quesitos acima discutidos – retrospectivos – alguns países têm informações sobre as migrações assim que estas ocorrem, através de um sistema nacional de registro contínuo. Quando as pessoas mudam de residência entre unidades administrativas, têm que, compulsoriamente, registrar o evento.

Seguindo uma idéia de Courgeau (1980) e Rees (1985) vamos conceber um sistema composto de duas regiões,  $i$  e  $j$ , entre as quais, no espaço de cinco anos, as pessoas podem fazer, no máximo, um movimento migratório por ano. O Esquema 1 representa as seis histórias migratórias possíveis para indivíduos que inicialmente moravam em  $i$  (obviamente, o mesmo esquema pode ser montado para  $j$ ). Arbitra-se um número imaginário de pessoas que seguiram as seis possíveis histórias migrató-

rias, obtendo-se o número de eventos que seriam contabilizados através de cada um dos três tipos de quesito de contagem da migração estabelecidos acima (registro contínuo, data fixa e última etapa).

O sistema de registro das migrações aponta um volume de 475 migrações; com o quesito sobre onde morava há  $T$  anos atrás obtêm-se 235 e, finalmente, com o quesito sobre o último movimento contam-se 300 migrações. Algumas observações de Rees (1985) sobre essas diferenças são interessantes, tal como o texto a seguir reproduzido.

*Observe-se que a contagem só coincide quando ou a migração não existe ou quando há somente uma migração no intervalo de tempo. A contagem pelo período fixo no tempo e pela "última migração" coincide quando existe um número ímpar de migrações, mas difere quando há um número par de migrações. Nem o "último movimento" nem o "período fixo no tempo" contabiliza um número de histórias migratórias superior ao número de indivíduos existentes em cada grupo, pois repre-*

seriam a contagem de pessoas com uma seqüência particular de migrações durante o intervalo de tempo. As migrações contabilizadas pelo "sistema de registros", entretanto, excedem amplamente o número de histórias migratórias (indivíduos) envolvidas: isto porque os eventos, e não as pessoas, são contados. A relação geral entre as medidas é:  
registro > última migração > período fixo.

Há de se observar que, no exemplo específico apresentado, não se levou em consideração a mortalidade, pois todos os 1.000 indivíduos estavam vivos ao final do período. Aqueles imigrantes que vierem a morrer no período não serão contabilizados pelas questões retrospectivas (tempo fixo e último movimento), mas apenas pelo sistema de registro contínuo.

A disponibilidade, no Brasil, de dados produzidos pelos dois tipos de quesito (data fixa e última etapa) soluciona, também, um problema presente nos países que optam pela questão do tempo fixo no tempo. Se o tempo fixo refere-se, por exemplo, a cinco anos atrás, não há informação sobre migração relativa ao grupo etário de zero a quatro anos, por ser composto de crianças

nascidas após a data fixa perguntada. Sabe-se que este grupo etário é um daqueles de maior mobilidade (veja Figuras 1 e 2, por exemplo), pois é composto de crianças, que são, na sua maioria, filhas de jovens adultos, grupo etário de maior mobilidade entre todos os demais.

Em resumo, no nosso entender, o importante não é a discussão sobre qual quesito é o mais indicado e sim, saber as vantagens e limitações de cada um e as ligações entre eles, de modo que tenhamos medidas de migração coerentes. Nesse sentido, o Censo de 1991 apresenta oportunidade ímpar para os pesquisadores, principalmente para aqueles voltados às questões metodológicas, no teste de métodos de estimativa já disponíveis e na sugestão de outros, novos.

#### Algumas considerações sobre o cruzamento dos dois quesitos

Em relação aos migrantes intermunicipais que fizeram seu movimento migratório entre 1981 e 1991, haverá duas situações distintas:

#### Grupo 1 Mais de 5 e Menos de 10 Anos de Residência no Município A, $10 > t > 5$

	Última Etapa	Data Fixa	Data do Censo
Data	1991-t	1/9/1986 = T	1/9/1991
Município de Residência	B	A	A
Situação de Domicílio	R ou U	*	R ou U

\* Para aqueles com residência no mesmo município da data do Censo e na data fixa, não se perguntou pela situação domiciliar em 01/09/86.

#### Grupo 2 Menos de 5 Anos de Residência no Município A, $5 > t > 0$

	Data Fixa	Última Etapa	Data do Censo
Data	1/9/1986 = T	1991-t	1/9/1991
Município de Residência	B	B ou C	A
Situação de Domicílio	R ou U	R ou U	R ou U

- imigrantes com mais de 5 e menos de 10 anos de residência no município onde foram recenseados em 1991:

ao quesito 21 (nome do município em que residia em 1º de setembro de 1986) responderão o próprio município de residência atual. Nos quesitos 19 e 20 (nome do município em que moravam antes da mudança para o município de residência atual e situação do domicílio) se saberá especificamente a origem, em termos de residência, daqueles que migraram antes de 1º de setembro de 1986.

- imigrantes com menos de 5 anos de residência no município onde foram recenseados em 1991:

a partir dos quesitos 21 e 22 se conhecerá o nome do município em que o indivíduo residia há exatamente cinco anos, assim como a situação no quadro domiciliar. No quesito 19 se saberá o nome do município de residência anterior, que poderá ou não ser o mesmo declarado no quesito 21. Caso seja diferente, tratar-se-á de indivíduo que nos últimos cinco anos fez pelo menos duas etapas migratórias intermunicipais.

Tanto dos componentes de um grupo como do outro (aqueles com mais de cinco e menos de 10 anos, e aqueles com menos de cinco anos de residência no município) será possível saber também, se realizaram no município de residência, na data do Censo, migração intramunicipal entre os setores domiciliares.

Esquemáticamente, em cada Grupo, teremos as seguintes situações para os migrantes:

Neste Grupo 1, haverá uma proporção que em  $(1991-t) + n$  fez a migração intramunicipal  $R \times U$  ou  $U \times R$ , sendo  $0 < n < t$ .

Aqueles migrantes intermunicipais do Grupo 2 que mudaram do município onde residiam em 1º de setembro de 1986 (B) diretamente para o município de residência onde foram enumerados

em 1991 (A), indicarão no quesito 19 (município em que moravam anteriormente) o mesmo município B, sendo  $t$  o tempo de residência no município A. Haverá um subgrupo que declarará como residência anterior um município C, diferente de B. Isto significa que, no quinquênio precedente ao Censo de 1991, fizeram pelos menos duas migrações intermunicipais, sendo o movimento entre C e A a última etapa migratória intermunicipal. Entre B e C pode ter havido mais de uma etapa migratória entre municípios.

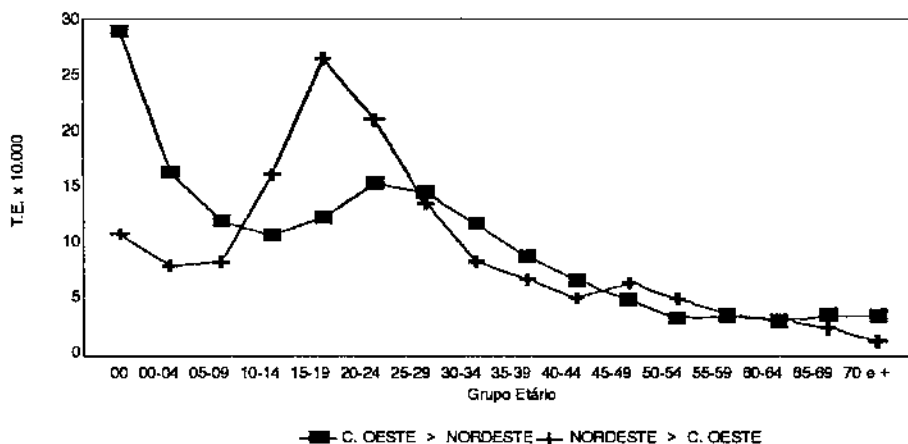
Tanto em um subgrupo como em outro (os de residência anterior em B ou C) há aqueles que ainda fizeram migração intramunicipal no município A, entre  $1991-t$  e 1991.

Pelo exposto, fica claro o enorme potencial de análise propiciadas pelo Censo de 1991, através de informações diretas sobre migrações internas, mormente no que se refere ao quinquênio 1986/1991.

#### **Imigração, emigração e saldos migratórios entre 1986 e 1991**

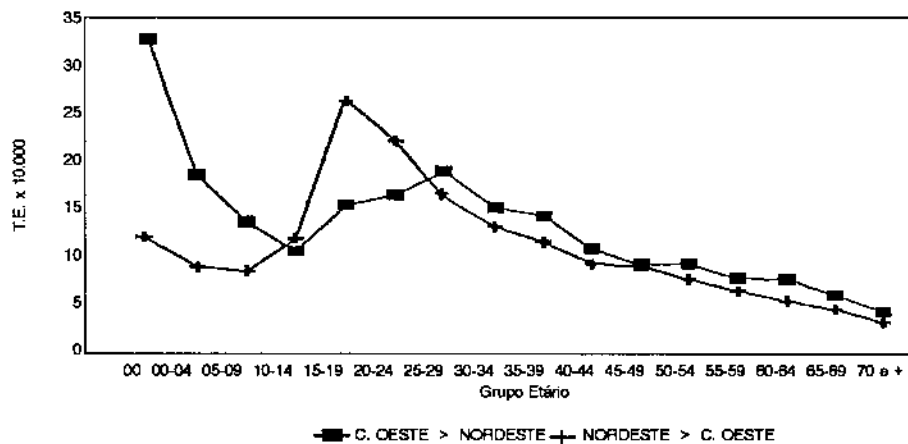
A partir da informação sobre o nome do município de residência anterior e correspondente situação do domicílio, já era possível, com o Censo de 1980, calcular os ganhos e perdas de população entre cada par de municípios ou unidades definidas por agregação de municípios, inclusive entre os respectivos setores domiciliares (rural-rural, rural-urbano, urbano-rural e urbano-urbano). No entanto, como o lugar de origem do imigrante não se referia a uma data fixa, mas apenas ao destino (1º de setembro de 1980), os dados se relacionavam sempre à última etapa migratória, isto é, entre um momento dentro da década de 1970 e a data de referência no Censo de 1980. A diferença de ganhos (imigrantes) e perdas (emigrantes) entre duas unidades analisadas

**Figura 1**  
**Taxas Específicas de Emigração**  
**Brasil**  
**5 Grandes Regiões**  
**1975-80 – Feminino**



FONTE: MACHADO, C. C. - 1982. *Modelos multirregionais de Projeção: o caso brasileiro 1980-2020*. Belo Horizonte. CEDEPLAR. (Tese de Doutorado, ainda não defendida)

**Figura 2**  
**Taxas Específicas de Emigração**  
**Brasil**  
**5 Grandes Regiões**  
**1975-80 – Masculino**



FONTE: MACHADO, C. C. - 1982. *Modelos multirregionais de Projeção: o caso brasileiro 1980-2020*. Belo Horizonte. CEDEPLAR. (Tese de Doutorado, ainda não defendida)

produziria algo próximo ao conceito de saldo migratório, porém não se referia ao ganho líquido de população através do processo migratório entre duas datas fixas, uma vez que se tratava da última etapa migratória intermunicipal.

A informação, no Censo de 1991, sobre o município de residência anterior e situação domiciliar em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986 possibilitará conhecer, dentro de cada par de unidades analisadas, o ganho e a perda de população entre as unidades ao final de exatos cinco anos, e, conseqüentemente, o saldo entre duas datas definidas. Os ganhos e perdas não corresponderão exatamente aos movimentos diretos entre as unidades em análise, pois não se referem à última etapa migratória. Parte dos indivíduos fizeram, entre a data acima e 1<sup>a</sup> de setembro de 1991, etapas migratórias intermunicipais intermediárias, como já visto anteriormente.

Essa informação de saldo no último quinquênio precedente ao Censo é do mesmo tipo daquele obtido pelas técnicas Indiretas (ou por resíduo) de estimativa da migração, pois fornece o saldo entre duas datas exatas. No entanto, tem as seguintes vantagens sobre as estimativas por técnicas Indiretas: os saldos referem-se a um período menor do que o Intercensitário (cinco anos); são advindos de mensuração direta e não de estimativas (que exigem uma série de pressupostos); podem ser calculados para pares de unidades geográficas, diferentemente daqueles obtidos de técnicas por resíduo, que se referem à relação entre a unidade em estudo e o resto do País ou, se este não tiver população fechada, o resto do mundo.

Além das vantagens listadas acima, a informação direta, tal como a introduzida no Censo de 1991, produz dados sobre imigrantes e emigrantes separadamente, enquanto as técnicas indiretas só estimam saldos migratórios.

É óbvia a enorme utilidade que essas novas informações trarão para a projeção da população brasileira, desagregada espacialmente, mormente quando se utilizam métodos como o modelo multirregional, onde os fluxos migratórios entre *i* e *j* precisam ser explicitados nos dois sentidos.

A título de exemplo, as Figuras 1 e 2 apresentam as taxas específicas de emigração para os sexos feminino e masculino entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste (Machado, 1992) (4). Observa-se que as taxas específicas de emigração do Nordeste para o Centro-Oeste só são maiores do que aquelas em sentido oposto entre as idades de 15 e 30 anos. Em quase todos os outros grupos etários a taxa de emigração do Centro-Oeste para o Nordeste é ligeiramente superior, o que não é, à primeira vista, um resultado óbvio. Se estivessemos trabalhando com saldos ou taxas líquidas, como a população do Nordeste é muito maior do que a do Centro-Oeste, provavelmente os saldos e, por conseguinte, as taxas, seriam, em todos os grupos etários, negativas para o Nordeste e positivas para o Centro-Oeste. Este é um exemplo típico de fenômeno migratório que fica explicitado claramente apenas quando se utilizam taxas específicas de emigração.

#### **Reconstituição da população brasileira, distribuída espacialmente, em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986**

O quesito do Censo de 1991 sobre o município de residência e situação do domicílio há exatamente cinco anos possibilitará a redistribuição da população com cinco ou mais anos de idade em 1<sup>a</sup> de setembro de 1991, segundo o município de residência e setor domiciliar em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986. Obviamente, nesta população de 1986 não estarão incluídas as pessoas



então vivas e que vieram a falecer no quinquênio 1986/1991.

Através de relações apropriadas de sobrevivência, será exequível estimar a população real residente em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986. Basta, para tal, multiplicar a população residente em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986 fornecida pelo Censo de 1991, segundo sexo e idade, pelo inverso da respectiva relação de sobrevivência correspondente ao período 1986/1991. Estas relações de sobrevivência poderão ser obtidas através de tabelas de sobrevivência geradas de estimativas de mortalidade baseadas nos dados do Censo de 1991.

Teoricamente, a reconstituição proposta poderá ser feita para cada município e por setor rural e urbano. Obviamente, à medida que se trabalha com unidades menores, maiores serão as imprecisões, devido a erros de amostragem tanto na informação censitária sobre o município de residência há cinco anos, quanto nas estimativas de mortalidade, pois os dados básicos provêm do questionário da amostra.

A reconstituição da população residente em 1<sup>a</sup> de setembro de 1986 possibilitará estimar o saldo migratório, por técnicas indiretas, dos períodos 1981/1986 e 1986/1991 ou 1980/1985 e 1985/1990. No primeiro caso, há de se estimar a população residente em 1981, e, no segundo, aquela residente em 1985 e em 1990.

#### O tratamento de outras questões sobre migração no Censo de 1991

##### *Tempo de residência na UF e no município*

No Censo de 1991 pergunta-se, a todos os indivíduos, o tempo de residência na UF e no município atual (questões 17 e 18). Desta forma, ainda que as informações sobre a UF e

município de origem (questões 19 e 20) tenham sido levantadas apenas para os residentes há menos de 10 anos no município atual, a alocação temporal da imigração fica preservada para todos, mesmo para os que migraram há mais de 10 anos.

##### *Alocação temporal da migração intramunicipal*

O Censo de 1991 introduz uma importante modificação em relação à migração intramunicipal, ao inquirir, no quesito 13, "há quantos anos se deu a última mudança". Já não haverá mais o problema da alocação temporal da migração intramunicipal. Infelizmente, ainda continuará a haver, como no Censo de 1980, ambigüidade em relação à última etapa migratória no que se refere àqueles que, apesar de já terem residido nos setores rural e urbano do município de residência, não são migrantes intramunicipais, mas sim Intermunicipais, pois, entre uma situação e outra no mesmo município, residiram em um outro, como mostra o Esquema 2.

O indivíduo representado no Esquema 2 não é, em relação à última etapa migratória, um migrante intramunicipal rural x urbano, como aparecerá no Censo de 1991, mas sim um migrante de retorno intermunicipal, rural x urbano ou urbano x urbano, conforme a situação de residência anterior no município B. Ao ser perguntado quando se deu a última mudança (quesito 13), deveria ter respondido [1991 - (t+n)],

Esquema 2

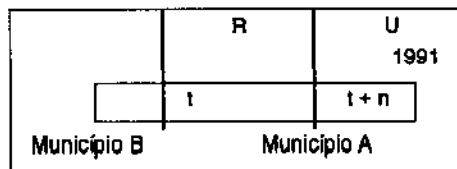
Município A	Município B	Município A
R	R ou U	U
	t	t+n
		1991

conforme definido no Manual do Recenseador, tempo que, na realidade, correspondeu à migração intermunicipal.

Para quem trabalhar com os dados individuais em fita magnética será possível descartar da migração intramunicipal os pseudo-migrantes representados no Esquema 2. O quesito 18 do questionário da amostra do Censo de 1991 pergunta aos entrevistados "há quantos anos mora sem interrupção neste município". Não devem ser considerados migrantes intramunicipais todos os imigrantes intermunicipais que, respondendo ter residido nas zonas urbana e rural do município (quesito 12), indicaram um número de anos de moradia sem interrupção (quesito 18) igual ou menor do que aquele referente à migração intramunicipal (quesito 13). Seria conveniente que o IBGE, ao definir o plano tabular, adotasse tal critério no que se refere à migração intramunicipal.

Se não houver a devida correção, as pessoas que se enquadrarem na situação acima serão contadas duas vezes nos estudos sobre a mudança de situação domiciliar na última etapa migratória, o que será um erro, pois, no caso, o movimento intramunicipal na verdade não ocorreu. Por se tratar de fenômeno mais freqüente, erros ainda maiores poderão ser introduzidos por aqueles que, no período 1981/1991, tiverem feito um movimento migratório intermunicipal e, em seguida, outro, intramunicipal, como mostra o Esquema 3.

Esquema 3



O indivíduo representado no Esquema 3 declarará, em resposta ao quesito 18 (tempo de residência sem interrupção no município), [1991 - t], e ao quesito 13 (há quantos anos se deu a mudança intramunicipal), [1991 - (t + n)]. Ao quesito 20 (situação do domicílio no município de procedência anterior), responderá rural ou urbano, conforme o caso. Não há dúvida de que se trata de um migrante intermunicipal. No entanto, em termos de análise das mudanças entre os setores rural e urbano na última etapa migratória, o movimento rural x urbano ou urbano x urbano entre os municípios B e A, dependendo de sua situação prévia no município B, não deve ser contado, uma vez que a mudança pertinente será aquela dentro do município A (no Esquema 3, rural x urbana).

Ao somarem as informações sobre mudança no quadro domiciliar referente às migrações intermunicipais e intramunicipais daqueles que fizeram ambas entre 1980 e 1991, haverá obviamente dupla contagem. No caso em questão, só devem ser computados os movimentos dentro do município de residência em 1991. Ao se trabalhar com dados individuais em fita magnética para análise da migração entre os setores domiciliares, deve-se ter o cuidado de não se levar em consideração a informação, no quesito 20, dos migrantes intermunicipais que, em seguida, fizeram a migração intramunicipal. Neste caso, o dado relevante sobre a situação anterior é aquele do quesito 13 (Carvalho, 1985) (5).

#### Naturais e não-naturais

No Censo de 1991, como aconteceu no de 1980, todos os quesitos sobre migração foram respondidos tanto pelos não-naturais como pelos naturais dos municípios, o que permite analisar a migração de retorno. Sugere-se ao IBGE

que, ao definir, para publicação, as tabelas sobre migrações intermunicipais, não exclua delas os naturais, como sucedeu com os dados do Censo de 1980, mantendo-os, no entanto, separados dos não-naturais. Para determinados municípios ou regiões os migrantes de retorno podem corresponder a uma parcela significativa da imigração, o que obviamente tem implicações específicas em termos analíticos (Machado & Hakker, 1988) (6).

#### *Migração internacional*

Embora não seja possível obter, por motivos óbvios, a importante informação sobre a emigração internacional, o quesito 15 introduziu a possibilidade da análise temporal da imigração internacional para o Brasil. Mesmo limitado a apenas um dos lados dos fluxos migratórios (imigração) e aos sobreviventes na data do Censo, tabulações contendo a distribuição dos imigrantes por país de origem, tempo e local de residência no Brasil permitirão importantes estudos sobre a imigração estrangeira no País.

No Censo de 1980 a alocação temporal da imigração internacional só era possível através do quesito 18, que perguntava àqueles que migravam há menos de 10 anos o nome do município ou país estrangeiro em que moravam antes de mudar-se para o município atual. Esse quesito, além de limitar-se à migração dos últimos 10 anos, não considera a migração internacional daqueles que vieram para o Brasil e depois fizeram uma nova migração no País.

#### **A necessidade da disponibilidade das informações censitárias em meio magnético**

Sem minimizar a importância das tabelas usualmente publicadas pelo

IBGE, que permitem consultas rápidas sobre a população brasileira, é fundamental que os resultados do questionário da amostra sejam colocados à disposição do público em meio magnético, a baixo custo, como um produto de pronta-entrega. A possibilidade de pesquisas, a partir da amostra armazenada em meio magnético, são muito maiores, em função do desenvolvimento ocorrido na área de informática.

Apesar do incremento da população, de aproximadamente 23%, e do grau de complexidade do formulário, como a amostra do Censo de 1991 é de 10% ou 20% (dependendo do tamanho da população dos municípios), ao invés de 25%, como no Censo de 1980, estima-se que o volume de informações deverá ser aproximadamente 25% menor do que em 1980. Estes dados poderão ser armazenados em cartuchos bem menores que as antigas fitas magnéticas. A grande evolução da microinformática permitirá, para regiões específicas, todo o desenvolvimento do trabalho de pesquisa diretamente em microcomputadores.

#### **Conclusões e sugestões**

Não resta dúvida quanto ao enorme potencial de estudos sobre migrações internas possibilitada pelas informações do Censo de 1991. Os fenômenos migratórios ocorridos no Brasil durante os anos 80 poderão ser amplamente analisados. Por outro lado, os pesquisadores interessados nos aspectos metodológicos da mensuração da migração têm um instrumental ímpar no mundo para proceder a análises comparativas das duas maneiras mais usuais de formular as questões migratórias nos censos demográficos (última etapa e tempo fixo).

A grande quantidade de informações permite, inclusive, acompanhar múltiplos movimentos de um mesmo

indivíduo. Fica claro, todavia, o cuidado que o pesquisador precisa ter para evitar contabilizações equivocadas, incluindo dupla contagem.

Os demógrafos e estudiosos da migração interna no Brasil encontram-se, com o Censo de 1991, diante de uma situação ao mesmo tempo privilegiada e de desafio.

Privilegiada, porque em nenhum outro país do Terceiro Mundo haverá tamanha diversidade de informações sobre o tema, o que possibilitará um conhecimento aprofundado e detalhado

dos fluxos migratórios, assim como avanços metodológicos importantes sobre questões que são objeto de debate no âmbito internacional. De desafio, porque, tendo por base o pouco que se analisou do Censo de 1980, corre-se o risco de não se tirar proveito de tal riqueza de informações, o que certamente propiciará, no próximo censo, uma redução drástica dos quesitos referentes às migrações internas.

### Notas

- (1) Machado e Hakkert mostram que, dos 15.924.090 fluxos intermunicipais possíveis no Censo de 1980, apenas 360.000 continham valores não-nulos, dos quais somente 35.000 contavam com mais de 100 indivíduos. Desta forma, a publicação dessa matéria nos volumes do Censo não seria impossível. Entretanto, considera-se que não se justificaria sua publicação pois para qualquer cruzamento adicional (sexo, idade, escolaridade etc.) seria necessário recorrer à fita da amostra.
- (2) O único quesito sobre migrações presente no Censo de 1980 que não foi contemplado no Censo de 1991 refere-se à migração pendular. O quesito "para quem trabalha ou estuda em município diferente daquele de residência, qual é o município?" permitia uma análise dos fluxos diários importantíssimos para entender a situação das grandes metrópoles. É um dado que foi pouco analisado, mas que teria grande potencial, como mostravam alguns poucos trabalhos sobre o assunto.
- (3) Quanto à situação do domicílio no município de residência anterior, o Censo de 1991 restringiu o quesito àqueles que tinham feito o movimento intermunicipal há menos de 10 anos.
- (4) Taxas específicas por idade de emigração, tendo por denominador o número de pessoas-ano entre 1975 e 1979 na região de origem, e por numerador, a média ponderada dos migrantes de *i* para *j* "anualizada". Essas estimativas seguem metodologia desenvolvida por Machado em sua tese de doutorado.
- (5) No Censo de 1980 estimou-se que, em termos de última etapa migratória, a dupla contagem corresponderia a erros, por excesso, de 13,4% do movimento rural x urbano, 8,9% do urbano x rural, 3,5% do urbano x urbano e 3,0% do rural x rural. Veja Carvalho, 1985.
- (6) Machado e Hakkert (1988) mostram que, no Censo de 1980, a Tabela 2.9, que contém a informação sobre a última etapa, omite aproximadamente 2.000.000 de indivíduos (8% do total de migrantes) em relação à informação obtida diretamente do quesito 18. Além disso, através de um exemplo com dados de Minas Gerais, salientam que os percentuais de migração de retorno variam, para este Estado, entre 5 e 23%.

### Referências bibliográficas

- CARVALHO, J. A. M. - 1985. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, 2 (1): 31-73.
- CORGEAU, D. - 1980. *Analyse quantitative des migrations humaines*. Paris, Masson.
- DOEVE, W. L. J. - 1986. *How do we measure migration? The preferred migration - questions for the global 1990 around of population censuses*. Groningen, National University at Groningen. (Working paper 100). (Presented in International Conference on Urbanization and Urban Population Problems, 1987, Tianjin - China).
- MACHADO, C. C. & HAKKERT, R. - 1988. "Uma análise exploratória da informação sobre migração inter e intramunicipal no Censo Demográfico de 1980". In: ABEP. *Anais VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, ABEP, v. 4, p. 345-367.
- MACHADO, C. C. - 1992. *Modelos multirregionais de projeção: o caso brasileiro, 1980-2020*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG. (Tese de doutorado, ainda não defendida).
- MARTINE, G. - 1984. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP. *Censo, consensos, contrasensos*. Ouro Preto, ABEP, p. 183-214.
- MARTINE, G. & NEUPERT, R. - 1988. "A produção da ABEP na área de migrações internas". In: BERQUÓ, E. (org.). *ABEP primeira década: avanços, lacunas, perspectivas*. Belo Horizonte, ABEP, p. 45-68.
- REES, P. - 1985. "Does it really matter with migration data you use in a population model?" In: KNAAP, G. A. & WHITE, P. *Contemporary studies of migration*. Norwich, Geobooks.

**RESUMO** - Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Analisam-se neste trabalho as inovações introduzidas no Censo Demográfico brasileiro de 1991, no que diz respeito aos quesitos sobre migração, dando-se ênfase às suas potencialidades em termos de análise, assim como à comparabilidade entre os dados dos dois últimos censos.*

**ABSTRACT** - Questions about migration in 1991 Demographic Census. *Innovations introduced in the 1991 Brazilian Demographic Census, relating to questions about migration, are analysed in this work, stressing their analytical potential as well as the comparability of data from the last two censuses.*

Recebido para publicação em 18/12/92  
Aprovado para publicação em 05/04/93